



Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS
JANEIRO/2023

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ
SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL

Sumário

APRESENTAÇÃO

PRINCIPAIS AÇÕES

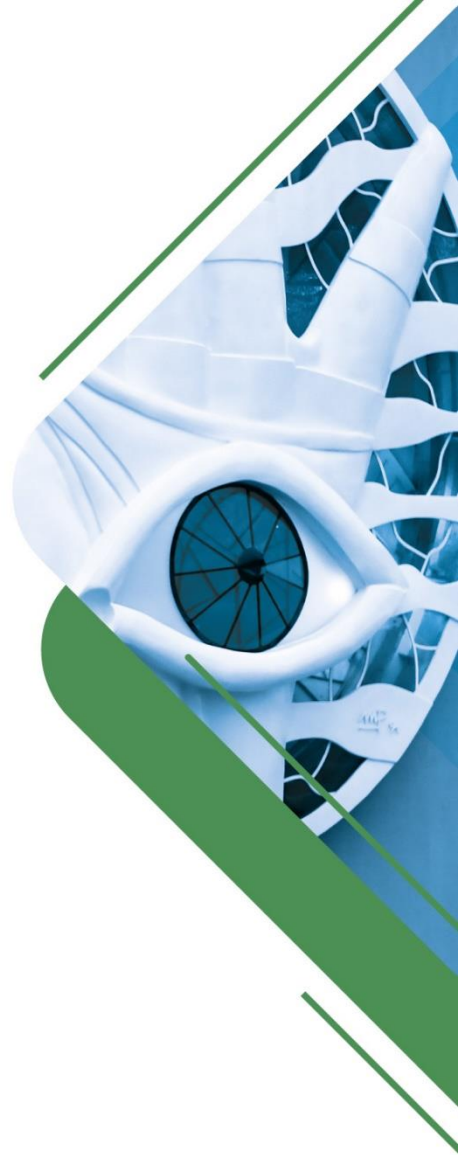
DESAFIOS

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXOS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR



I - APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a Corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva de casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao Tribunal.

A atividade de conformidade contábil tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O resultado das análises das demonstrações financeiras e dos demais relatórios do SIAFI podem ser acessados no Portal de Transparência do STJ no endereço: <https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/>.

A gestão de custos, nos termos da NCB TSP 11 e NBC T16.11, é informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças desta Corte na seção ‘Resultados da Gestão’ inserida no Relatório de Gestão do Exercício de 2021.

II - PRINCIPAIS AÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade, executando, entre outras atividades:

1. A análise das folhas de pagamento de pessoal, tendo em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% (setenta por cento) dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária;
2. O acompanhamento mensal da gestão patrimonial, por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. A conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis;
4. A verificação da execução dos pagamentos de passivos de precatórios e requisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
5. O acompanhamento dos restos a pagar.

III – DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;

2. Garantir a correta contabilização de todos os fatos e os atos orçamentários, financeiros e patrimoniais, por meio da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;
3. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, auditoria interna, áreas de gestão orçamentária e financeira), por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco a aplicação correta das normas federais correlatas à matéria.

IV - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no SIAFI. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras do Tribunal, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

O Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) não compõe as Demonstrações Contábeis em questão, pois, conforme estipula o MCASP (2021, 9ª ed.), sua publicação é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não se enquadra como tal, a DMPL não será apresentada.

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), integrantes das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários. As políticas e os critérios contábeis estão segregados em cada balanço para melhor compreensão do usuário, conforme item 8, parte V, MCASP 9º – Notas Explicativas às DCASP c/c NBC TSP 11, itens 127 a 148.

As Demonstrações Contábeis da UG – Secretaria do Superior Tribunal de Justiça – a seguir transcritas contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social até **31 de janeiro de 2023**.

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução em 2023, se comparado com dezembro de 2022. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira do Tribunal.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional do STJ é o Real. Os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), é mantida no Banco Central (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original. Suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculadas por meio do aplicativo ‘Sistema de Débito’ disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União (TCU).

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, sendo seu saldo gerado por lançamento contábil automático da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No Balanço Patrimonial, os registros dos TEDs constam da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio, sendo sua atualização monetária e a incidência de juros de mora calculadas pelo ‘Sistema de Débito’ do sítio web do Tribunal de Contas da União. Os créditos inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais) não são inscritos em dívida ativa, conforme comandos da Portaria/MF 75/2012, mas são registrados no SIAFI da UG 050001. Esses créditos, após cinco anos, são baixados em conta de ajustes de perdas.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, à redução ao valor recuperável e/ou reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada anualmente com base nos percentuais de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) fornecidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O gerenciamento dos inventários patrimoniais é realizado pelo Sistema Administra, no qual são executados os cálculos das depreciações, amortizações, avaliações, entre outras rotinas.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

DEPRECIAÇÃO

A depreciação se refere ao decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsoletismo e a utilidade desse bem à instituição. Na Instrução Normativa STJ/GP 20, de 22 de novembro de 2019, constam as

metodologias de cálculos da depreciação e da avaliação dos bens móveis e imóveis e a amortização de intangíveis (<https://transparencia.stj.jus.br/patrimonio-e-obras/avaliacao-e-depreciacao-de-bens/>).

DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação destes bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes, que consiste no abatimento mensal de um valor fixo previamente calculado.

DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis do STJ é apurado, mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art. 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014).

A depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis.

Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional c/c o Acórdão TCU 1.331/2019, registraram-se contabilmente as obrigações de precatórios e RPV nos passivos dos órgãos devedores originários sensibilizando nesta Corte apenas contas de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF 001/2019.

PROVISÕES DE CURTO PRAZO

Provisões para as despesas cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas os procedimentos da liquidação da despesa ainda não tenham sido concluídos a serem sensibilizadas no pagamento de Restos a Pagar não Processados (RPNP).

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em Notas Explicativas (NE).

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD) com superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados no saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

SALDO PATRIMONIAL

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente), formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior, mas ainda não liquidados no exercício corrente.

ATIVO					
GRUPO	NE	31/01/2023	31/12/2022	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE		700.453.178,38	495.904.415,38	41,25%	59,75%
Caixa e Equivalente de Caixa	01 (p. 11)	657.363.991,29	477.541.062,82	37,656%	56,070%
Créditos de Curto Prazo	02 (p. 11)	39.545.554,86	14.612.778,24	170,623%	3,373%
Estoques	03 (p. 13)	3.469.521,09	3.717.850,64	-6,679%	0,296%
VPDs Pagas Antecipadamente.		74.111,14	32.723,68	126,476%	0,006%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		471.946.645,43	514.902.733,71	-8,34%	40,25%
Ativo Realizável a Longo Prazo		7.662.784,19	7.685.257,74	-0,292%	0,654%
Demais Créditos e Valores a LP	02 (p. 11)	8.312.492,82	8.334.966,37	-0,270%	0,709%
(-) Ajustes Perdas em Cred a LP	02 (p. 11)	-649.708,63	-649.708,63	0,000%	-0,055%
Imobilizado	04 (p. 13)	431.193.128,65	474.114.263,90	-9,053%	36,779%
Bens Móveis		56.049.314,26	55.823.099,25	0,405%	4,781%

Bens Móveis		94.620.526,07	93.547.486,41	1,147%	8,071%
(-) Depreciação		-38.571.211,81	-37.724.387,16	2,245%	-3,290%
Bens Imóveis		375.143.814,39	418.291.164,65	-10,315%	31,998%
Bens Imóveis	11 (p. 20)	375.229.274,96	418.376.624,23	-10,313%	32,005%
(-) Depreciação		-85.460,57	-85.459,58	0,001%	-0,007%
Intangível	05 (p. 14)	33.090.732,59	33.103.212,07	-0,038%	2,822%
(-) Amortização		-849.863,75	-837.384,27	1,490%	-0,072%
TOTAL		1.172.399.823,81	1.010.807.149,09	15,99%	100,00%

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	NE	31/01/2023	31/12/2022	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE		152.646.579,38	164.938.455,26	-7,45%	13,02%
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06 (p. 14)	27.256.571,73	39.544.031,69	-31,073%	2,325%
Fornec. e Contas a Pagar – CP		5.651.942,14	2.506.466,49	125,494%	0,482%
Provisões a Curto Prazo	06 (p. 14)	33.278.866,03	33.283.391,85	-0,014%	2,839%
Demais Obrigações a CP		86.459.199,48	89.604.565,23	-3,510%	7,375%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		33.542,35	33.542,35	0,00%	0,00%
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP		-	-	0,000%	0,000%
Provisões a Longo Prazo	07 (p. 15)	33.542,35	33.542,35	0,000%	0,003%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.019.719.702,08	845.835.151,48	20,56%	86,98%
Demais Reservas		17.540,58	17.540,58	0,000%	0,001%
Resultado Acumulados		1.019.702.161,50	845.817.610,90	20,558%	86,976%
Resultado do Exercício		179.645.515,88	202.900.173,31	-11,461%	15,323%
Result. de Exerc. Anteriores		845.817.610,90	643.108.158,57	31,520%	72,144%
Ajustes de Exerc. Anteriores		-5.760.965,28	-190.720,98	2920,625%	-0,491%
TOTAL		1.172.399.823,81	1.010.807.149,09	15,99%	100,00%

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS			
DESCRIÇÃO	NE	JAN23 (R\$)	DEZ22 (R\$)
1. SALDO PATRIMONIAL			
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		1.172.399.823,81	1.010.807.149,09
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		1.441.620.132,62	212.233.760,01
TOTAL	08 (p. 16)	-269.220.308,81	798.573.389,08
2. QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS			
Garantias e Contragarantias Recebidas		24.979.729,51	24.553.992,28
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
TOTAL	09 (p. 16)	24.979.729,51	24.553.992,28
3. QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS			
Execução dos Atos Potenciais		432.898.953,48	322.538.394,30
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		2.909.542,41	2.970.830,61
Obrigações Contratuais em Execução		429.989.411,07	319.567.563,69
TOTAL	10 (p. 16)	432.898.953,48	322.538.394,30
4. DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
Destinação de Recursos			SUPERÁVIT/DÉFICIT
Recursos Ordinários			-436.026.319,68
Recursos Vinculados			-294.740.110,68
TOTAL	08 (p. 16)		-730.766.430,36

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas ‘Demais Contas – Caixa Econômica Federal (CEF)’ e ‘Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento’.

A primeira rubrica registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias.

Já a segunda conta indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ e estão discriminados por fontes no ‘Anexo I’. As fontes 1000, 1027 e 1444 equivalem a 98,33% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais do Tribunal, sem contrapartida.

NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos de direito em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal. São monitorados, ainda, os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e os adiantamentos relativos aos Termos Execução Descentralizada (TEDs).

Constam da tabela a seguir os saldos dos referidos créditos, estando os TEDs detalhados no ‘Anexo VI’.

CONTAS	31/01/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)	AH
CURTO PRAZO			
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	36.970.496,47	12.014.939,13	207,70%
Créd. A Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pgto	44.295,25	44.295,25	0,00%
Créditos a Receber p/ Dolo, Má-fé ou Fraude	0,00	0,00	0,00%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	95.432,01	126.212,73	-24,39%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	2.427.331,13	2.427.331,13	0,00%
LONGO PRAZO			
Créditos a Receber p/ Danos ao Patrim.- Folha de Pgto	633.581,69	656.055,24	-3,43%
Créditos a Receber p/ Dolo, Má-fé ou Fraude – LP	7.552.743,20	7.552.743,20	0,00%
Créditos a Receber p/ Danos ao Patrim.- Terceiros	113.294,93	113.294,93	0,00%

Ajuste p/ Eventuais Perdas de Créditos Administrativos	649.708,63	649.708,63	0,00%
TOTAL	48.486.883,31	23.584.580,24	105,59%

“Créditos a Receber por Cessão de Pessoal” – A redução observada decorre de ressarcimentos de salários e encargos sociais recebidos no decorrer deste exercício, destacando-se o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que tinha R\$ 117.992,06 a ressarcir no final do exercício passado e agora tem R\$ 87.211,34.

“Adiantamentos Concedidos a Pessoal” – A grande diferença observada neste item em comparação com o seu saldo ao final do exercício anterior se deve ao pagamento de adiantamento de 13º salário ocorrido neste mês janeiro.

“Crédito a Receber por dolo, má-fe ou fraude” – Devido pelo CPF 835.901.377-20, pelo recebimento indevido, no período de 13/10/1999 a 31/5/2016, de aposentadoria de servidora aposentada, falecida em 13/10/1999.

“Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento – Curto Prazo” – Registra os créditos a receber decorrentes de acertos em folha de pagamento, ressaltando que os mesmos permanecem registrados como ‘Curto Prazo’ até o decurso de 12 meses. Após esse período, são transferidos para ‘Longo Prazo’.

“Credito a Receber por Danos ao Patrimônio – Longo Prazo” – Créditos a receber oriundos de acertos em folha de pagamento e os decorrentes de prejuízos causados por terceiros, os saldos são devidos por um período superior a 12 meses.

“Ajustes para Eventuais Perdas de Créditos Administrativos” – Saldo atual de R\$ 649.708,63 constituído em atendimento à Macrofunção 020342 para fazer frente a perdas pelo não recebimento de créditos por danos ao patrimônio. No período de 2019 a 2021, não houve recebimento de nenhum crédito administrativo. No mesmo período, houve baixa de créditos pelo não recebimento nos percentuais de 0,13%, 1,59% e 1,56%. A memória de cálculo está discriminada a seguir:

Memória de Cálculo (Contas 113410101; 113410102, 121210401 e 121210402)			
	2020 (R\$)	2021 (R\$)	2022 (R\$)
Cred Adm Danos ao Patrimônio (A)	775.461,25	796.203,65	950.234,47
Baixas Diversas* (B)	12.327,43	12.389,27	134.014,49
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)	1,59%	1,56%	14,10%
Créd. Adm – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	763.133,82	783.814,38	816.219,98
Créditos Administrativos Recebidos (E)	-	-	2.574,56

% recebido = (E) / (D)	0,00%	0,00%	0,315%
------------------------	-------	-------	--------

NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) discrimina as categorias de bens de consumo no almoxarifado do STJ, conforme anexo II, destacando-se os seguintes pontos:

- Saldo Atual: R\$ 3.469.521,09;
- Entradas: R\$ 207.187,43;
- Saídas (baixa por consumo): R\$ 455.516,98;
- Variação negativa de -6,68% entre o saldo final de 2022 e o acumulado do presente exercício se justifica, entre outros fatores, principalmente pela seguinte variação:
-15,92% – Material Elétrico e Eletrônico.

NOTA 04 – IMOBILIZADO

O saldo atual do grupo imobilizado é de R\$ 431.193.128,65, sendo o mesmo subdividido em bens móveis e bens imóveis.

BENS MÓVEIS

O Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) está detalhado no Anexo III, o qual discrimina os itens patrimoniais por categoria. Das informações apresentadas, destacamos:

- Saldo atual: R\$ 91.240.333,60;
- Entradas orçamentárias e extraorçamentárias e/ou reavaliações: R\$ 1.053.236,48;
- Doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável: R\$ 195,95.

Comparando o saldo atual de bens móveis apresentado no RMB com a respectiva conta no SIAFI (R\$ 94.620.526,07), verifica-se a diferença de R\$ 3.380.192,47, justificada pelo fato de que as aquisições de Material de Uso Duradouro constam do grupo de Bens Móveis no SIAFI, mas, no Administra, são controladas no RMA e não no RMB.

O Anexo III apresenta uma variação positiva no valor de R\$ 1.053.040,53 entre o saldo de janeiro deste exercício e saldo de encerramento de 2022. Essa variação se deu, entre outros fatores, pela aquisição de Equipamentos de Áudio e Vídeo (R\$ 265.540,00), Equipamentos de Telefonia (R\$ 484.050,00) e Veículos de Tração Mecânica (R\$ 268.638,00).

BENS IMÓVEIS

Os ‘Bens Imóveis de Uso Especial’ estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis sob gerência do Tribunal, estando todos localizados em Brasília.

O saldo atual dos referidos bens, deduzido da depreciação acumulada de R\$ 85.460,57, consta do sistema SIAFI no valor de R\$ 375.229.274,96, tendo sido esse montante atualizado em 30/01/2023 com base na Lei GDF nº 7.204, de 23/12/2022 publicada no DODF Nº. 238, DE 26/12/2022, no percentual de 7,19%. **Curiosamente, mesmo com este percentual positivo, o Saldo total dos bens imóveis, em comparação com o saldo final do ano de 2022, teve um decréscimo no valor total de R\$ 42.921.135,25, fato este que carece de esclarecimentos.**

NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Representa *softwares* adquiridos e/ou desenvolvidos pelo Tribunal. No SIAFI, o saldo até a presente data é de R\$ 33.090.732,59.

Comparando o saldo atual deste grupo com aquele do encerramento de 2022, constata-se um aumento aproximado de -0,038%. A amortização acumulada do período é de R\$ 849.863,75.

NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO

Em atenção à orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, em seu comunicado nº 2021/0019510, datado de 5/1/2021, e do Acórdão TCU 1.331/2019, alteraram-se os critérios contábeis relativos aos débitos judiciais de precatórios e RPVs. A partir de 2021, os débitos dessa natureza, apropriados no exercício anterior, são registrados nos passivos dos órgãos devedores, sensibilizando nos demonstrativos contábeis desta Corte apenas as contas de controle 89991.04.04 (Precatórios a Pagar – Poder Judiciário), 89991.04.06 (RPVs a Pagar – Poder Judiciário) e 89991.04.08 (PSSS Patronal a Recolher – Poder Judiciário).

A Coordenadoria de Processamento de Feitos em Execução Judicial (CEJU/STJ), em resposta às recomendações do TCU no Acórdão 1.331/2020, seção 5.3.1.7 item 1.12 (Processo STJ 00072/2021), informou que “as contas de precatórios expedidos pelo STJ não são canceladas por força da Lei 13.463/2017”. Consta do Anexo VII a relação de passivos de precatórios registrados entre 2/7/2021 e 31/12/2021 e aqueles registrados em decorrência da LOA 2022.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – CURTO PRAZO

A variação observada neste item se refere, na maior parte do saldo, à apropriação do empenho 2023NE000035, no valor de R\$ 4.000.000,00, emitido para cobrir despesas de exercícios anteriores (DEA) com assistência médica e odontológica.

PROVISÕES A CURTO PRAZO

As provisões foram constituídas no encerramento de 2022 no total de R\$ 33.278.866,03 para viabilizar o reconhecimento de despesas cujo fato gerador ocorreu naquele exercício, mas sua efetiva liquidação se deu ou dará em 2023 por intermédio de empenhos inscritos em restos a pagar não

processados (RPNP). Em atenção à Macrofunção 020318, item 5.3.10.1, as contas de provisão deste grupo, serão a seguir detalhadas:

- **21791.03.00** – Provisão para RPNP decorrente de sentenças judiciais - R\$ 180.691,99.
- **21791.05.00** – Provisão para Serviços de Terceiros - R\$ 32.565.663,20 - relativo a RPNP com diversos serviços de terceiros como por exemplo: ProSer, serviços de prestação continuada como limpeza, conservação, manutenção e conservação predial, água, esgoto, energia elétrica entre outros).
- **21791.99.00** – Outras Provisões de Curto Prazo - R\$ 523.737,06 – RPNP que não se enquadra nos anteriores como por exemplo: obrigações patronais, obrigações tributárias contributivas, indenizações e restituições diversas, entre outras.
- **21792.99.00** – Outras Provisões de Curto Prazo - R\$ 8.773,78 – Idêntico ao anterior, mas para despesas intraorçamentárias.

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - PRECATÓRIOS DE TERCEIROS

O Saldo de R\$ 80.610.919,76 registrado na conta 218911300 (Precatórios de Terceiros) decorre de: inscrição de R\$ 70.438.247,72 em restos a pagar processados (RPP), pendente de pagamento devido a sobrestamento judicial ainda não deliberado; e R\$ 10.172.672,04 ao reforço da nota de empenho 2021NE000934 no dia 28/12/2021 para cobrir despesas com precatórios.

NOTA 07 – PROVISÕES DE LONGO PRAZO

Tendo em vista procedimentos administrativos internos não finalizados para a liquidação das despesas de pessoal relacionadas no processo STJ 29.940/2015, constituíram-se provisões para perdas administrativas no total de R\$ 33.542,35, sendo: R\$ 13.579,23, imputados ao CPF 549.151.987-15); e R\$ 19.963,12 ao CPF 660.522.209-10.

NOTA 08 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O saldo deficitário de R\$ -730.766.430,36 indica que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em restos a pagar, até a presente data, é menor que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações. A diferença será equalizada no decorrer do exercício com o recebimento das cotas financeiras estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente.

NOTA 09 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os saldos potenciais ativos dizem respeito às garantias colocadas à disposição do Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. O saldo

de R\$ 24.979.729,51 está assim distribuído: R\$ 24.517.863,14 (98,15%) – Seguros Garantias; R\$ 461.866,37 (1,85%) – Fianças; e R\$ 0,00 (0,00%) – Cauções.

NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos, no valor total de R\$ 432.898.953,48, estão relacionados aos Termos de Execução Descentralizada (TED's) e aos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

O total registrado dos TEDs é de R\$ 8.753.872,86, dos quais foram repassados R\$ 5.844.330,45. Repasses comprovados até o momento perfazem a monta de R\$ 3.416.999,32. Já o total a repassar é de R\$ 2.909.542,41, vide Anexo VI.

As obrigações contratuais **em execução** atualmente alcançam o volume de R\$ 429.989.411,07 assim distribuídos: **a)** R\$ 404.984.275,49 – Serviços; **b)** R\$ 363.332,74 - Aluguéis; **c)** R\$ 24.611.540,32 - Fornecimento de Bens; e **d)** R\$ 30.262,52 - Seguros. Os compromissos contratuais relacionados com serviços representam aproximadamente 94,18% do total das obrigações assumidas pelo STJ na categoria de atos potenciais passivos.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Evidenciam as alterações verificadas no patrimônio do STJ, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas pelo STJ provocaram alterações no seu patrimônio, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI “Taxa pela Prestação de Serviços”, os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A maioria das receitas deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos, entre outros).

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Saldos em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN geralmente nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual os pagamentos de ajuda de custos e auxílio moradia compõem praticamente o saldo deste grupo.

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

DESCRIÇÃO	NE	31/01/2023	31/01/2022	AH	AV
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.255.040,64	1.957.483,17	15,20%	0,64%
Taxas		2.255.040,64	1.957.483,17	15,20%	0,64%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		43.107,41	78.628,35	-45,18%	0,01%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		397,55	-	100,00%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas		343.387.110,58	315.042.747,89	9,00%	97,38%
Outras Transferências e Delegações Recebidas		268.638,00	-	100,00%	0,08%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		6.728.923,44	96.848.169,06	-93,05%	1,91%
Reavaliação de Ativos		6.660.726,76	96.783.064,60	-93,12%	1,89%
Ganhos com Incorporação de Ativos		68.196,68	65.104,46	4,75%	0,02%
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-	0,00%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		224.377,74	320.593,89	-30,01%	0,06%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-	0,00%	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		224.377,74	320.593,89	-30,01%	0,06%
TOTAL	11 (p. 20)	352.638.957,36	414.247.622,36	-14,87%	100,00%

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	NE	31/01/2023	31/01/2022	AH	AV
Pessoal e Encargos		63.646.799,76	70.165.460,93	-9,29%	36,79%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		34.463.609,09	34.061.728,23	1,18%	19,92%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		9.525.234,54	12.209.584,99	-21,99%	5,51%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		4.959,73	-	100,00%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas		14.747.251,94	16.558.926,69	-10,94%	8,52%
Transferências Intragovernamentais		14.747.251,94	16.558.926,69	-10,94%	8,52%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	-	0,00%	0,00%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		50.268.544,70	215.508,42	23225,56%	29,06%
Reavaliação, Redução a Valor Rec. e Ajustes p/ Perdas		50.098.521,38	5.252,78	953652,52 %	28,96%
Perdas Involuntárias		-	-	0,00%	0,00%
Incorporação de Passivos		-	-	0,00%	0,00%
Desincorporação de Ativos		170.023,32	210.255,64	-19,13%	0,10%
Tributárias		19.414,04	3.636,74	433,83%	0,01%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		14.110,70	-	#VALOR!	0,01%
Contribuições		5.303,34	3.636,74	45,83%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		317.627,68	359.277,74	-11,59%	0,18%
TOTAL	12 (p. 21)	172.993.441,48	133.574.123,74	29,51%	100,00%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	13 (p. 21)	179.645.515,88	280.673.498,62	-35,99%	

NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	31/01/2023 (R\$)	31/01/2022 (R\$)	AH
	352.638.957,36	414.247.622,36	-14,87%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.255.040,64	1.957.483,17	15,20%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	43.107,41	78.628,35	-45,18%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	397,55	-	100,00%
Transferências e Delegações Recebidas	343.387.110,58	315.042.747,89	9,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	268.638,00	-	100,00%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	6.728.923,44	96.848.169,06	-93,05%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	224.377,74	320.593,89	-30,01%

“Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos” – Elevado decréscimo neste item justifica-se pela reavaliação atípica pelo GDF dos Edifícios Sede STJ e Clube Social, no valor total de R\$ 96.783.064,60, efetuada em janeiro de 2022 e não repetida neste exercício.

“Outras Transferências e Delegações Recebidas” – Variação justificada pelo recebimento, neste exercício, de doação recebida de bem permanente da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal, proveniente de apreensão.

E esse lançamento foi retificado pela SPU ainda no mês de janeiro/2021 ocasionando uma grande diferença também nas Variações Patrimoniais Diminutivas, Item ‘Outras Transferências e Delegações Concedidas’. Vide a seguir na ‘Nota 12’.

NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	31/01/2023 (R\$)	31/01/2022 (R\$)	AH
	172.993.441,48	133.574.123,74	29,51%
Pessoal e Encargos Sociais	63.646.799,76	70.165.460,93	-9,29%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	34.463.609,09	34.061.728,23	1,18%

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	9.525.234,54	12.209.584,99	-21,99%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.959,73	-	100,00%
Transferências e Delegações Concedidas	14.747.251,94	16.558.926,69	-10,94%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-	0,00%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	50.268.544,70	215.508,42	23225,56%
Tributárias	19.414,04	3.636,74	433,83%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	317.627,68	359.277,74	-11,59%

“Pessoal e Encargos Sociais” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” – Este STJ, para Prestação de serviço jurisdicional e funcionamento de sua estrutura, costuma consumir cerca de 80% do seu orçamento anual com folha de pagamento de pessoal.

“Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” – Variação exorbitante refere-se ao decréscimo (desvalorização) dos bens imóveis deste tribunal, no valor total de R\$42.921.135,25, após reavaliação registrada no Sistema SPIUNet com base na Lei GDF nº 7.204, de 23/12/2022 publicada no DODF Nº. 238, DE 26/12/2022, no percentual de 7,19%. Vide explicação acima na ‘Nota 04’.

NOTA 13 – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

A grande redução de valor observada neste item decorre basicamente dos fatos narrados acima na Nota 11 (“Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos”) e Nota 12 (“Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”).

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Apresenta o demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidenciam, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com aquelas efetivamente realizadas, é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário no Órgão.

Receitas	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	AV
Receitas Correntes	14 (p. 26)	495.451,00	495.451,00	1.599.494,65	1.104.043,65	
Receitas Tributárias		-	-	1.578.528,60	1.578.528,60	
Receita Patrimonial		-	-	-	-	
Receitas de Serviços		13.361,00	13.361,00	732,15	-12.628,85	
Outras Receitas Correntes		482.090,00	482.090,00	20.233,90	-461.856,10	
Subtotal com Financiamento		495.451,00	495.451,00	1.599.494,65	1.104.043,65	
Déficit	15 (p. 26)			1.386.584.346,50	1.386.584.346,50	
TOTAL		495.451,00	495.451,00	1.388.183.841,15	1.387.688.390,15	

Despesas	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes		1.892.652.370,00	1.892.652.370,00	1.381.270.113,89	130.983.211,03	130.561.698,96	511.382.256,11
Pessoal e Encargos Sociais		1.408.184.455,00	1.408.184.455,00	1.140.485.000,00	127.261.269,37	126.910.369,59	267.699.455,00
Outras Despesas Correntes		484.467.915,00	484.467.915,00	240.785.113,89	3.721.941,66	3.651.329,37	243.682.801,11
Despesas de Capital		137.069.019,00	137.069.019,00	6.913.727,26	-	-	130.155.291,74
Reserva. de Contingência		-	-	-	-	-	-
TOTAL	16 (p. 26)	2.029.721.389,00	2.029.721.389,00	1.388.183.841,15	130.983.211,03	130.561.698,96	641.537.547,85

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

Não Processados	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A)	Inscritos em 31.12.22 (B)	Liquidados (C)	Pagos (D)	Cancelados (E)	Saldo (F=A+B-D-E)
Despesas. Correntes		911.960,19	32.507.530,68	8.469.314,44	7.321.799,87	549.499,36	25.548.191,64
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		911.960,19	32.507.530,68	8.469.314,44	7.321.799,87	549.499,36	25.548.191,64
Despesas de Capital		220.335,77	13.622.063,53	1.123.491,24	618.732,17	-	13.223.667,13
Investimentos		220.335,77	13.622.063,53	1.123.491,24	618.732,17	-	13.223.667,13

TOTAL	17 (p. 28)	1.132.295,96	46.129.594,21	9.592.805,68	7.940.532,04	549.499,36	38.771.858,77
-------	------------	--------------	---------------	--------------	--------------	------------	---------------

Processados / Não Processados Liquidados	NE	Inscritos Exercícios Anteriores	Inscritos em 31.12.22	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas. Correntes		84.176.446,92	15.330.979,72	12.448.316,15	-17,90	87.059.092,59
Pessoal e Encargos Sociais		949.504,17	8.526.645,71	6.460.550,65	-	3.015.599,23
Outras Despesas Correntes		83.226.942,75	6.804.334,01	5.987.765,50	17,90	84.043.493,36
Despesas de Capital		80.774,79	120.563,23	120.563,23	-	80.774,79
Investimentos		80.774,79	120.563,23	120.563,23	-	80.774,79
TOTAL	17 (p. 28)	84.257.221,71	15.451.542,95	12.568.879,38	17,90	87.139.867,38

NOTA 14 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam suas previsões atualizadas. Isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, conforme se pode observar no Capítulo 7 - Estimativas de Receitas Orçamentárias no Manual Técnico do Orçamento (MTO) 2023, em sua 6ª versão de 26/12/2022. A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas informações por meio da mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

NOTA 15 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

O déficit de arrecadação do STJ, presente no Balanço Orçamentário, decorre de o Tribunal não ser órgão arrecadador de receita. Os recursos das custas judiciais (receita arrecadada pela Corte) são materialmente irrelevantes frente às necessidades de manutenção (pessoal, material, serviços) do órgão. Por essa razão, o STJ é mantido com recursos oriundos das mais diversas atividades do Estado, que são disponibilizados pelo Tesouro Nacional ao longo do exercício, observando os limites dispostos na Lei Orçamentária Anual.

NOTA 16 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. O Orçamento disponibilizado ao STJ na Lei Orçamentária Anual de 2022 (Lei 14535/2023) é de R\$ 2.029.721.389,00.
2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e em créditos adicionais, são integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos do art. 32 da Lei nº 14.194/2021 - LDO.
3. As movimentações externas de crédito até o momento são enquadradas como destaques recebidos, em sua maioria para pagamento de precatórios e RPVs, e como destaques concedidos a outros órgãos, na sua maior parte em virtude da ocupação de parte das dependências do CJF pela ENFAM e de parte dos imóveis funcionais do Senado por ministros do STJ. Ambas somam, respectivamente, R\$ 141.622.425,50 e R\$ 61.288,20. Houve provisões concedidas para Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, no valor total de R\$ 12.147.295,00.
4. Em 2023, até o presente momento, não houve bloqueio de créditos para contingenciamento.
5. O Anexo VIII demonstra a evolução da execução orçamentária detalhada da UO 11101 registrada na LOA de 2023.

6. Em atenção à Macrofunção SIAFI n. 02.11.42, itens 8.3.2 e 8.3.2.2, são registradas mensalmente na conta Despesa com Pessoal a Executar – RGF as despesas de pessoal não executadas orçamentariamente no mês de competência devido, tendo como base as informações constantes dos Relatórios de Gestão Fiscal quadrimestrais. Destaca-se que tais registros são monitorados no Processo STJ 38656/2022.
7. Execução orçamentária atualizada até o fim do mês ora em análise, discriminada por elemento de despesa e considerando a execução das despesas com sentenças judiciais (precatórios e RPVs) que, embora executados neste STJ, pertencem ao orçamento do Ministério da Fazenda:

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	282.005.000,00	39.667.239,42
PENSOES	53.530.000,00	7.721.743,74
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	6.000.000,00	569.019,63
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	5.822.000,00	452.340,13
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	651.790.000,00	69.332.234,51
OBRIGACOES PATRONAIS	132.500.000,00	9.399.899,59
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	670.000,00	49.313,32
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	4.200.000,00	188.789,80
MATERIAL DE CONSUMO	3.904.276,15	6.270,82
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	205.000,00	0,00
SERVICOS DE CONSULTORIA	1.029.490,54	0,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	33.625,83	749,15
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	87.812.597,36	0,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	68.479.441,28	68.551,89
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO – PJ	38.639.257,01	322,90
AUXILIO-ALIMENTACAO	32.000.000,00	2.769.414,81
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	104.431,70	14.081,53
AUXILIO-TRANSPORTE	25.000,00	5.376,74
OBRAS E INSTALACOES	2.943,90	0,00

PENSOES ESPECIAIS	59.400,00	4.882,50
SENTENCAS JUDICIAIS	845.167,00	106.782,53
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.765.491,10	385.414,51
INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.008.719,28	238.114,27
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	8.752.000,00	2.669,24
TOTAL	1.388.183.841,15	130.983.211,03

NOTA 17 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No quadro “Execução dos Restos a Pagar não Processados”, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31.12.2021 totalizou R\$ 47.261.890,17, dos quais 16,8% foram pagos e 1,16% cancelados. Dos empenhos pagos, destaca-se o valor de R\$ 5.326.288,00, empenho 2022NE000730, referente a diversas despesas com assistência médica dos servidores do STJ.

No quadro “Execução dos Restos a Pagar Processados e não Liquidados”, destaca-se:

- R\$ 1.835.303,61: Empenho 2015NE000342, ainda não pago em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 07171299/0001-96;
- R\$ 70.438.247,72: Empenho 2020NE001215, referente a sentenças judiciais de competência de 2020 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada;
- No decorrer do exercício a execução dos empenhos inscritos em restos a pagar são monitorados conforme instruções nos Processos STJ 33749/2022 e 122/2023.

Foi inscrito em restos a pagar, processados e não processados, no encerramento do exercício anterior, o total de R\$ 61.581.137,16, assim distribuídos: Grupo Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 8.526.645,71); Grupo Outras Despesas Correntes (R\$ 39.311.864,69); e Grupo Investimentos (R\$ 13.742.626,76).

Os restos a pagar reinscritos, não processados e processados, foram respectivamente R\$ 1.132.295,96 e R\$ 84.257.221,71.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 55, dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterá, entre outras informações, aquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, as empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa.

Os demonstrativos desta Corte podem ser consultado no endereço <http://www.stj.jus.br/sites/porta1p/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral>.

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

É o demonstrativo contábil no qual se confrontam, num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias do Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

DOS INGRESSOS			
DESCRIÇÃO	NE	31/01/2023	31/01/2022
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		1.626.997,40	1.392.523,23
Vinculadas		1.638.002,03	1.395.203,37
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		1.638.002,03	1.395.203,37
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-11.004,63	-2.680,14
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		343.118.472,58	315.042.747,89
Resultantes da Execução Orçamentária		343.101.889,90	315.034.887,80
Cota Recebida		342.147.531,26	315.034.887,80
Repasse Recebido		13.486,50	-
Sub-repasse Devolvido		940.872,14	-
Independentes da Execução Orçamentária		16.582,68	7.860,09
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	18 (p. 31)	1.258.676.025,70	1.086.726.368,25
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		421.512,07	302.694,55
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.257.200.630,12	1.085.451.138,20

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		130.559,95	101.186,38
Outros Recebimentos Extraorçamentários		923.323,56	871.349,12
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		477.541.062,82	373.294.689,09
Caixa e Equivalentes de Caixa		477.541.062,82	373.294.689,09
TOTAL		2.080.962.558,50	1.776.456.328,46

DOS DISPÊNDIOS			
DESCRIÇÃO	NE	31/01/2023	31/01/2022
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		1.388.183.841,15	1.228.616.657,60
Ordinárias		1.024.768.187,91	960.892.549,05
Vinculadas		363.415.653,24	267.724.108,55
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		14.747.251,94	16.558.926,69
Resultantes da Execução Orçamentária		12.208.583,20	14.288.094,20
Repasse Concedido		61.288,20	61.288,20
Sub-repasse Concedido		12.147.295,00	14.226.806,00
Independentes da Execução Orçamentária		2.538.668,74	2.270.832,49
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		20.639.971,37	15.769.345,79
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	17 (p. 27)	12.568.879,38	3.878.954,19
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17 (p. 27)	7.940.532,04	11.300.836,09
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	01 (p. 11)	130.559,95	96.572,28
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	19 (p. 31)	657.363.991,29	515.511.398,38
Caixa e Equivalentes de Caixa		657.363.991,29	515.511.398,38
TOTAL		2.080.935.055,75	1.776.456.328,46

NOTA 18 – RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os saldos de R\$ 421.512,07 e R\$ 1.257.200.630,12, embora consignados como restos a pagar processados e restos a pagar não processados respectivamente, dizem respeito aos empenhos emitidos pelo STJ no exercício corrente e que ainda não foram pagos.

Tal informação no Balanço Financeiro como ‘Ingresso Extraorçamentário’ serve apenas para equilibrar o saldo total entre os quadros ‘INGRESSOS’ e ‘DISPÊNDIOS’, já que este órgão ainda não recebeu a totalidade dos recursos financeiros consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA.

O saldo será equalizado no decorrer do exercício com o envio gradual, pela STN, das cotas financeiras ao STJ.

NOTA 19 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo de R\$ 657.363.991,29 refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

O montante de recursos financeiros recebidos no decorrer de 2023 corresponderá ao total da dotação atualizada para o STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual – LOA, incluindo os recursos referentes à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (DFC)

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DFC

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, que corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Em janeiro de 2023, o valor do fluxo de caixa líquido do STJ correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, perfazendo R\$ 179.822.928,47. Esse resultado somado à rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa Inicial” do exercício, no valor de R\$ 477.541.062,82, revelou um montante de R\$ 657.363.991,29.

Este valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” do Balanço Patrimonial (BP) e no “Saldo para Exercício Seguinte”, apurado no Balanço Financeiro (BF). Parte do valor da rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas inscritas em Restos a Pagar.

Até o presente período, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		180.562.223,87	142.354.976,91
	NE	31/01/2023	31/01/2022
INGRESSOS	20 (p. 32)	345.771.850,74	317.407.401,62
Receita Tributária		1.578.528,60	1.370.238,27
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita de Serviços		732,15	494,95
Outras Receitas Derivadas e Originárias		20.233,90	21.790,01
Outros Ingressos das Operações		344.172.356,09	316.014.878,39
Ingressos Extraorçamentários		130.559,95	101.186,38
Transferências Financeiras Recebidas		343.118.472,58	315.042.747,89
Arrecadação de Outra Unidade		923.323,56	870.944,12

DESEMBOLSOS		-165.209.626,87	-175.052.424,71
Pessoal e Demais Despesas		-139.428.008,68	-133.811.799,78
Judiciário		-91.937.158,24	-86.532.430,35
Previdência Social		-47.485.967,94	-47.275.229,43
Encargos Especiais		-4.882,50	-4.545,00
Transferências Concedidas		-10.903.806,30	-24.092.142,73
Intragovernamentais		-10.903.806,30	-24.092.142,73
Outros Desembolsos das Operações		-14.877.811,89	-17.148.482,20
Dispêndios Extraorçamentários		-130.559,95	-96.572,28
Transferências Financeiras Concedidas		-14.747.251,94	-16.558.926,69
Demais Pagamentos			-492.983,23
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-739.295,40	-138.267,62
	NE	31/01/2023	31/01/2022
DESEMBOLSOS		-739.295,40	-138.267,62
Aquisição de Ativo Não Circulante		-728.597,59	-138.267,62
Outros Desembolsos de Investimentos		-10.697,81	-
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		179.822.928,47	142.216.709,29
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		477.541.062,82	373.294.689,09
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		657.363.991,29	515.511.398,38

NOTA 20 – INGRESSOS

Trata-se do registro das receitas derivadas e originárias relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito do Tribunal, quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007), bem como as cotas financeiras recebidas até a presente data, para custear a execução orçamentária deste Órgão.

ANEXOS

ANEXO I

RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	31/01/2023 (R\$)	AH
1000 – Recursos Livres da União	559.348.865,21	85,3041%
1001 – Recursos Livres da Seguridade Social	1.052.536,94	0,1605%
1027 – Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	14.986.159,50	2,2855%
1050 – Recursos Próprios Livres da UO	5.383.577,86	0,8210%
1052 - Recursos Livres da UO	1.527.828,90	0,2330%
1056 - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social	2.233.207,51	0,3406%
1138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	3,45	0,0000%
1444 - Demais. Aplic. Autorizadas p/ Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro, Excetuados. o Refinanciamento da Dívida Pública.	70.438.247,72	10,7423%
3050 - Recursos Livres da União (Exerc. Ant.)	740.800,90	0,1130%
TOTAL	655.711.227,99	100,000%

ANEXO II

RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO – RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/01/2023 (R\$)			31/12/2022 (R\$)		
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	AH 2023/2022
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	32.293,60	32.293,60	0,00	0,00	0,00%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Explosivos e Munições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	26.116,21	26.116,21	0,00	0,00	0,00%
Material Farmacológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	0,00	0,00	35.254,52	35.254,52	0,00%
Material Químico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Educativo e Esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	295,00	295,00	70,50	70,5	0,00%
Material para Expediente	36,92	3.487,91	184.992,56	188.443,55	-1,83%
Material de Processamento Dados	3.000,00	3.000,00	99.643,56	99.643,56	0,00%
Material de Acondicionamento e Embalagem	0,00	2.596,34	50.782,78	53.379,12	-4,86%
Material de Cama, Mesa e Banho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	0,00	1.682,41	27.178,81	28.861,22	-5,83%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	11.218,50	24.793,43	173.117,30	186.692,23	-7,27%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	2.397,15	2.397,15	0,00	0,00	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	46.700,43	65.072,41	451.104,10	469.476,08	-3,91%
Material para Manutenção de Bens Móveis	0,00	7.036,25	218.356,06	225.392,31	-3,12%

Material Elétrico e Eletrônico	4.193,56	195.355,31	1.009.263,21	1.200.424,96	-15,92%
Material de Proteção e Segurança	0,00	0,00	13.915,90	13.915,90	0,00%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	0,00	0,00	739,47	739,47	0,00%
Material para Comunicações	4.308,00	12.607,80	1.119.919,94	1.128.219,74	-0,74%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	0,00	2.108,99	67.461,66	69.570,65	-3,03%
Material para Manutenção de Veículos	54.500,93	54.500,93	0,00	0,00	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	0,00	0,00	7.044,97	7.044,97	0,00%
Ferramentas	0,00	46,11	8.465,41	8.511,52	-0,54%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	628,00	628,00	288,96	288,96	0,00%
Material Bibliográfico	19.999,13	19.999,13	0,00	0,00	0,00%
Material Para Divulgação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	1.500,00	1.500,00	1.921,38	1.921,38	0,00%
TOTAL	207.187,43	455.516,98	3.469.521,09	3.717.850,64	-6,68%

ANEXO III

RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/01/2023 (R\$)			31/12/2022 (R\$)		
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVAL.	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP.	SDO FINAL	SDO FINAL	AH 2023/2022
Aeronave	0,00	0,00	5.893,02	5.893,02	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	0,00	0,00	62.897,80	62.897,80	0,00%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	0,00	0,00	4.693.115,85	4.693.115,85	0,00%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	16.900,00	0,00	629.460,66	612.560,66	2,76%
Aparelhos Esportes e Diversão	0,00	0,00	10.420,66	10.420,66	0,00%
Aparelhos Domésticos	0,00	0,00	1.070.179,57	1.070.179,57	0,00%
Armamentos	0,00	0,00	265.037,71	265.037,71	0,00%
Coleção e Materiais Bibliográficos	0,00	0,00	808.754,00	808.754,00	0,00%
Equipamentos de Segurança	0,00	0,00	3.973.147,42	3.973.147,42	0,00%
Equip Industrial	0,00	0,00	26.407,00	26.407,00	0,00%
Equipamentos Energéticos	11.200,00	0,00	893.989,67	882.789,67	1,27%
Equipamentos Gráficos	0,00	0,00	60.567,19	60.567,19	0,00%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	265.540,00	0,00	13.863.224,09	13.597.684,09	1,95%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	0,00	0,00	109.795,77	109.795,77	0,00%
Material TIC	0,00	195,95	22.406.725,78	22.406.921,73	0,00%
Máquinas de escritório	0,00	0,00	195.195,50	195.195,50	0,00%
Ativos de rede*	0,00	0,00	6.026.542,32	6.026.542,32	0,00%
Máquinas de oficina	0,00	0,00	111.126,89	111.126,89	0,00%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,00	0,00	703.327,26	703.327,26	0,00%
Computadores*	0,00	0,00	2.304.653,91	2.304.653,91	0,00%

Mobiliário em Geral	6.908,48	0,00	7.593.386,37	7.586.477,89	0,09%
Servidores (Storage)*	0,00	0,00	11.301.239,86	11.301.239,86	0,00%
Obras de Arte	0,00	0,00	418.622,01	418.622,01	0,00%
Impressoras*	0,00	0,00	472.611,01	472.611,01	0,00%
Telefonia	484.050,00	0,00	1.649.498,98	1.165.448,98	41,53%
Veículos Diversos	0,00	0,00	252.761,47	252.761,47	0,00%
Peça não Incorporadas ao Imóvel	0,00	0,00	6.308,00	6.308,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	268.638,00	0,00	11.325.424,85	11.056.786,85	2,43%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	18,98	18,98	0,00%
TOTAL	1.053.236,48	195,95	91.240.333,60	90.187.293,07	1,168%

*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta Material de TIC

ANEXO IV

Bens em Poder de Terceiros	Valor de Entrada (R\$)	Valor Líq. Contábil (R\$)
Sala da AGU	8.928,98	2.754,23
Sala da Defensoria Pública da União	18.807,32	5.876,66
Sala da Engemil	444.844,94	66.331,50
Sala da Gráfica Digital	238.119,73	72.614,69
Sala da RCS Tecnologia	125.574,91	58.123,30
Sala da Staefa	44.141,28	10.351,16
Sala dos Estoquistas	72.643,18	23.553,18
Sala do Uniceub	320,50	66,79
Uniserve Comércio e Serviços Terceirizados Ltda – ME	34.477,35	32.051,45
Estúdio Fotográfico	300.139,41	107.634,74
GSI Serviços Especializados Ltda	36.880,32	4.752,37
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	5.738.429,00	431.460,84
Restaurante	880.796,19	224.989,37
Total	7.944.103,11	1.040.209,08
Cedidos a outros Órgãos	Valor Total (R\$)	Valor Total Geral (R\$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fórum Criminal Barra Funda	33.780,00	31.463,25
Total	373.950,00	38.822,27
Em processo de Localização.	Valor de Entrada (R\$)	Valor Liq Contábil (R\$)
Diversos	21.182,22	4.231,38
Termos de Cessão de Uso		Receitas (Janeiro)
Sicoob Judiciário – Termo de Cessão de Uso 02/2018		R\$ 1.684,00

Banco Santander - Termo de Cessão de Uso 02/2017	-
Banco do Brasil - Termo de Cessão de Uso 04/2017	-
Banco Bradesco - Termo de Cessão de Uso 03/2017	R\$ 10.629,97
Banco Itaú/Unibanco – Termo de Cessão de Uso 02/2020	-
Caixa Econômica Federal - Termo de Cessão de Uso 02/2016	R\$ 16.187,58
ECT - Termo de Cessão de Uso 01/2017	-
ASAJUS - Termo de Cessão de Uso 01/2018	R\$ 267,76
UNICEUB - Termo de Cessão de Uso 15/2019	R\$ 544,12
ASSTJ – Termo de Cessão de Uso 04/2015	R\$ 3.285,66
Taioba – Termo de Cessão de Uso 01/2019	-
Decolando – Termo de Cessão de Uso 05/2020	-
Telefônica Brasil S.A. – Termo de Cessão de Uso 01/2019	-
OI Móvel S.A. – Termo de Cessão de Uso 02/2019	-
TIM S.A. – Termo de Cessão de Uso 03/2019	-
Americel S.A. – Termo de Cessão de Uso 04/2019	-
Total	32.599,09

ANEXO V

DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	31/01/2023 (R\$)
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	293.243.419,99
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	1.175.925,39
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 nº 06	9701050905009	1.844.787,19
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.407.405,18
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	1.728.891,47
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	71.853.019,30
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	2.639.055,78
TOTAL		373.892.504,30

ANEXO VI

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REG.*	SALDO REPASSADOS**	SD ATUAL A REP
ED1AADJQ	STJ-CNJ 07/2020 Reunião Rede Global Int. Judicial	300.000,00	300.000,00	0,00
ED1AAFSW	STJ-UNB 05/2021 Mestrado em Direito para Servidores do STJ	2.267.094,08	1.132.801,42	1.134.292,66
ED1AAHYB	STJ-STF 02/2022 TV Justiça	59.646,65	3.985,90	55.660,75
ED1AAIEP	STJ-SF 03/2022 Biblioteca Digital STJ p/ Senado Federal	144.630,00	28.926,00	115.704,00
ED1AAIFY	STJ-FUB 01/2022 Capacitação/Mestrado	800.000,00	266.666,66	533.333,34
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	594.775,94	545.224,06
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	1.941.191,73	0,00
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	2.101.310,40	1.575.982,80	525.327,60
TOTAL		8.753.872,86	5.844.330,45	2.909.542,41

*Valores Firmados (71221.02.01)

**Saldo Repassados (81221.02.02 + 81221.02.03).

ANEXO VII

Passivos de Precatórios 3.4.2022 – 31.12.2022

UG	Denominação	Doc SIAFI	Saldo (R\$)
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	2022PA000919	2.179.987,73
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	2022PA000920	51.110.751,98
TOTAL			53.290.739,71

Passivos de Precatórios – LOA 2022

UG	Denominação	Doc SIAFI	Saldo (R\$)
513002	Instituto nacional do Seguro Social -INSS	PA872/NS 28622	52.207,48
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA912/NS 28800	473.653.894,06
TOTAL			473.706.101,54

Passivos de Precatórios – LOA 2023

UG	Denominação	Doc SIAFI	Saldo (R\$)
513002	Instituto nacional do Seguro Social -INSS	PA870/NS 28619	279.534,92
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA871/NS 28621	147.529.749,30
TOTAL			147.809.284,22

ANEXO VIII

EXECUÇÃO DA LOA 2022

TOTAL AUTORIZADO		R\$ 2.029.721.389,00	
SD EXEC %	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	
PROGRAMA			
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário	1.896.519.157,00	130.602.966,46	6,89%
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	75.238,00	4.882,50	6,49%
0999 - Reserva de Contingência	133.126.994,00	0,00	0,00%
FUNÇÃO			
02 – Judiciária	1.480.139.905,00	83.116.998,52	5,62%
09 - Previdência Social	416.379.252,00	47.485.967,94	11,40%
28 - Encargos Especiais	75.238,00	4.882,50	6,49%
99 - Reserva de Contingência	133.126.994,00	0,00	0,00%
SUBFUNÇÃO			
061 - Ação Judiciária	468.333.205,00	174.052,06	0,04%
122 - Administração Geral	728.106.332,00	70.367.001,01	9,66%
128 - Formação de Recursos Humanos	15.938.419,00	46.150,00	0,29%
272 - Previdência do Regime Estatutário	416.379.252,00	47.485.967,94	11,40%
301 - Atenção Básica	132.623.115,00	3.385.743,13	2,55%
846 - Outros Encargos Especiais	135.214.072,00	9.148.934,82	6,77%
999 - Reserva de Contingência	133.126.994,00	0,00	0,00%
GRUPO DE DESPESA			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.408.184.455,00	126.910.369,59	9,01%
3 - Outras Despesas	484.467.915,00	3.697.479,37	0,76%
4 – Investimentos	137.069.019,00	0,00	0,00%
9 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00%

FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST.	9 – RES.	TOTAL	EXECUTADO	AH
1000	79.424.401,65	3.697.479,37	0,00	0,00	1.561.207.070,00	83.121.881,02	5,32%
1001	0,00	0,00	0,00	0,00	73.843.705,00	0,00	0,00%
1027	0,00	0,00	0,00	0,00	51.639.616,00	0,00	0,00%
1050	0,00	0,00	0,00	0,00	13.361,00	0,00	0,00%
1052	0,00	0,00	0,00	0,00	482.090,00	0,00	0,00%
1056	47.485.967,94	0,00	0,00	0,00	342.535.547,00	47.485.967,94	13,86%
TOTAL	126.910.369,59	3.697.479,37	0,00	0,00	2.029.721.389,00	130.607.848,96	6,43%

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/20/2018), **relativas a janeiro de 2023**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça – Órgão 11000.

Brasília, 27 de fevereiro de 2023.

Alanclei Barros
CONTADOR
CRC – 016293/O-0

Apoio Técnico

Gabriel de Araujo Sobrinho
José Jorge de Lima Neto
Vanôres Ferreira da Silva Júnior



STJ **SUPERIOR**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA